



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA Nº 48/2021 DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS (COFTC)

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro de 2021, às 14h32m, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas (COFTC) da Câmara Municipal de Ubá, presidida pelo Vereador Edeir Pacheco da Costa, deu início à uma Audiência Pública para tratar da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2022, e também sobre o Plano Plurianual. Além da presença do Vereador Edeir Pacheco, estiveram presentes também a Vereadora Aline Moreira Silva Melo e o Vereador Gilson Fazolla Filgueiras, ambos membros titulares da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas (COFTC). Os Vereadores José Carlos Reis Pereira, José Roberto Reis Filgueiras, José Maria Fernandes e Aparecida Sônia Ferreira Vidal também participaram da Audiência Pública.

Iniciando os trabalhos, o Presidente da COFTC, Vereador Edeir Pacheco, explicou sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA): A LOA estima receitas e fixa despesas para o exercício do ano seguinte. Sua formulação é baseada na Constituição Federal, na Lei nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, e também na Lei Federal nº 4.320/64.

Já o Plano Plurianual (PPA) também está previsto na Constituição Federal e deve ser elaborado por todas as entidades da Federação, ou seja, o Governo Federal, os Estados e os Municípios. Trate-se de um **plano** que contém as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública pelos próximos quatro anos.

Após as explanações iniciais, o Vereador Edeir Pacheco pediu que tomassem acento as seguintes autoridades:

- O Secretário Municipal de Finanças, Cícero Mateus de Oliveira
- O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Flávio Monteze
- O Secretário Municipal de Educação e Cultura, Turismo e Lazer, Samuel Gazolla Lima
- O Secretário Municipal de Obras, João Gomes Júnior
- O Secretário Municipal de Meio Ambiente e Mobilidade Urbana, Vicente de Paulo Pinto
- O Secretário Municipal de Saúde e Vice-Prefeito de Ubá, Dr. Antônio Carlos Jacob



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

- O Controlador Geral da Prefeitura Municipal, Sr. Marcelo Corrêa Paiva
- O Gerente da Divisão de Gestão Orçamentária, Sr. Kleber de Almeida Peppe
- A Diretora Presidente do UBAPREV, Ana Paula de Aguiar Vargas
- O contador da Câmara Municipal de Ubá, Silvério Dias Maciel
- A procuradora Geral da Câmara Municipal de Ubá, Dr^a Juliana Jacob

Dito isto, a palavra foi passada ao Gerente da Divisão de Gestão Orçamentária, Sr. Kleber de Almeida Peppe, para as explanações iniciais. Ele começou lembrando que esta Audiência Pública tem como meta trazer a transparência e a publicidade das contas do Poder Executivo para o conhecimento do Poder Legislativo e a população em geral.

Dando sequência, Kleber fez questão de lembrar das várias audiências públicas do Orçamento Participativo que foram realizadas ao longo de 2021 de forma remota por conta da Pandemia, mas que muito contribuíram com o resultado final que seria apresentado no decorrer da Audiência. Devido ao grande número de munícipes participantes, mais de 200 propostas foram apresentadas nas mais diversas pastas (Cultura e Esporte, Saúde, Educação, Gestão Pública, Meio Ambiente, Obras, Saneamento e outras).

Kleber citou que no ano de 2022, o recurso que será enviado para a Câmara Municipal de Ubá será no montante de R\$ 9.555.308,39 (Nove Milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oito reais e trinta e nove centavos). Para a Prefeitura Municipal ficará o montante de R\$ 312.056.801,61 (Trezentos e doze milhões, cinquenta e seis mil, oitocentos e um reais e cinquenta e um centavos). A Fundação Municipal Iralda Ribeiro dos Santos (FUNIR) terá o valor de R\$ 990.370,00 (Novecentos e noventa mil, trezentos e setenta reais) e, por fim, o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Ubá (UBAPREV) com o montante de R\$ 50.072.000,00 (Cinquenta milhões e setenta e dois mil reais).

Após sua apresentação, Kleber então passou a palavra ao Controlador Geral da Prefeitura Municipal, Sr. Marcelo Corrêa Paiva, que iniciou a apresentação do quadro das receitas e despesas do município previstas.

Ele iniciou sua explanação falando um pouco sobre o “Quadro das Receitas por Fontes de Recursos” que, neste ano, é de R\$ 372.674.480,00 (Trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais). Depois, o Controlador Geral Marcelo explicou aos presentes e mostrou o quadro relacionado as “Receitas por Categoria Econômica” e, por fim, o “Quadro das Despesas por Funções de Governo” e o “Demonstrativo de previsão de gastos com pessoal”. Importante destacar que, em 2022, o total de despesas líquida com pessoal será de R\$ 140.166.222,40 (Cento e quarenta milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Indo um pouco mais em detalhes, Marcelo Paiva destacou na apresentação que, em 2022, serão gastos cerca de R\$ 57.899.095,00 (Cinquenta e sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil e noventa e cinco reais) com a pasta de Educação, o que representa 25,60% do valor da base de cálculo do Ensino, superando o mínimo de 25% de Aplicação devida.

Em relação a Saúde, Marcelo demonstrou na apresentação que o município pretende gastar, em 2022, o valor de R\$ 56.976.407,35 (Cinquenta e seis milhões, novecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sete reais e trinta e cinco centavos), totalizando 25,19% da Base de Cálculo para Saúde. Este montante de 25,19% supera, e muito, o percentual mínimo a ser investido na área, que é de 15%.

Seguindo sua explanação, o Controlador Geral da Prefeitura, Marcelo, fala sobre as Emendas Parlamentares: Segundo ele, o total em Emendas Parlamentares será de R\$ 2.950.790,23 (Dois milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e noventa reais e vinte e três centavos), respeitando os 1,2% da Reserva de Contingência Líquida. Ele destaca ainda, em seu gráfico, que cada vereador deverá respeitar o limite de 50% obrigatoriamente enviado para a área da Saúde.

Os técnicos da Prefeitura Municipal ainda trouxeram um esboço de um formulário para que se torne mais fácil as indicações das Emendas Parlamentares dos Vereadores. Neste anexo haveria a descrição das emendas, o local onde seriam anuladas as dotações, entre outras informações. O intuito deste anexo é trazer ainda mais transparência e publicidade para as Emendas Parlamentares.

Encerrando as explanações, os técnicos da Prefeitura então passaram a palavra aos demais presentes para questionamentos e considerações acerca da apresentação. O Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas (COFTC), Vereador Edeir Pacheco, lembrou que as Emendas Impositivas foram uma alteração recente na Legislação do município e que todos ainda estão se habituando com ela.

Abrindo a palavra aos demais membros que compunham a mesa, o Secretário de Educação e também de Cultura, Turismo e Lazer, Samuel Gazolla, pronunciou-se acerca dos recursos destinados para suas duas pastas. Segundo ele, o grande objetivo deles será o de continuar atendendo com excelência as crianças e dando prosseguimento ao trabalho já realizado em ambas as áreas em Ubá.

O Secretário de Meio Ambiente Vicente de Paulo Pinto pediu então a palavra e trouxe a informação dos ganhos realizados na área de meio ambiente. Tanto que, recentemente, Ubá foi contemplada com o Prêmio de Melhores Práticas Ambientais. O Secretário destacou que a cidade ficou em primeiro lugar e isto é fruto de muito trabalho, sendo o reconhecimento de ações na cidade que nem todo mundo vê, mas que trarão ganhos enormes para o município.

Após as considerações do Secretário Vicente, a palavra foi dada ao Secretário de



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Finanças, Cícero Mateus de Oliveira, que iniciou dizendo que o trabalho realizado tem sido transparente e buscando ser cada vez mais participativo junto a população. Cícero parabenizou os técnicos da Prefeitura pela explanação da peça orçamentária e reforçou que todos estão sempre disponíveis para tirar as dúvidas.

A Vereadora Aline então pediu a palavra e falou sobre as reuniões que foram feitas que antecederam a elaboração do PPA. Muito foi discutido, em especial, sobre o tema do pagamento do adicional de insalubridade do Agente Comunitário de Saúde que, há muito tempo, já vem sendo debatido. Eles solicitaram que esta questão estivesse anexada junto ao PPA e, baseado nisto, a Vereadora perguntou se isto será possível de ser incluído e se este direito será garantido. O servidor Kleber então respondeu que cabe a Administração que faça um estudo técnico para que de fato este direito possa ser incluído. Para fins de orçamento, ele reforça que já está previsto e não haveria nenhum problema neste sentido.

Aproveitando a resposta, a Vereadora Aline perguntou ao Secretário de Saúde e Vice-Prefeito de Ubá, Dr. Antônio Carlos Jacob, se este estudo técnico já está sendo elaborado ou se existe alguma outra coisa sendo pensada para este caso. Dr. Antônio então iniciou dizendo que 70% dos investimentos feitos na área da saúde na cidade são com recursos municipais e isto demonstra que a Administração Municipal não abre mão de atender e investir na pasta. Eles sabem que as reivindicações dos servidores são justas e importantes, e eles estão tentando buscar a melhor maneira de atender as solicitações apresentadas.

Após as considerações do Dr. Antônio Carlos Jacob, o Vereador José Maria solicitou a palavra e começou falando sobre as dificuldades que todos tiveram nesta Pandemia. O Vereador aproveitou a oportunidade e parabenizou os Secretários e o Prefeito Edson pelo trabalho exercido em meio a tanta dificuldade.

Ele então perguntou ao Gerente da Divisão de Gestão Orçamentária, Kleber, acerca sobre a Guarda Municipal. Ele por ser Presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara e por ver no dia a dia da cidade e também em seu distrito de Diamante o número de casos de violência e roubo aumentando, perguntou se está previsto no orçamento algum recurso para esta finalidade.

Kleber então respondeu que há sim recursos para este fim. O valor previsto para Guarda Civil é de entorno de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), fora outras ações e valores alocados para atender diretamente a melhoria da Segurança Pública na cidade.

O Contador da Câmara Municipal de Ubá, Silvério Dias Maciel, questionou aos técnicos onde estão os recursos para este concurso público que será realizado no final de 2021. Kleber então lembrou que o orçamento contempla despesas com a folha de pagamento atual de servidores, o reajuste anual previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ubá, a admissão de novos servidores e também o crescimento vegetativo da folha.

O Presidente da Comissão, Vereador Edeir Pacheco, abriu a palavra ao público



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

presente e, assim, o Agente Comunitário de Saúde de Ubá, Vinicius comentou sobre alguns direitos dos agentes comunitários de saúde já garantidos por lei, citando inclusive a Lei nº 11.350/2006 que fala sobre os agentes comunitários de Saúde e agentes de combate de endemias. Ele leu, então, o terceiro parágrafo, do artigo 9ºA que diz o seguinte: “O exercício de trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente do poder executivo federal assegura aos agentes de que trata esta lei a percepção do adicional de insalubridade calculado sobre o seu vencimento ou salário base”. Ele então finaliza dizendo que não vê sentido do por que fazer tantos estudos se já existe uma lei federal que versa acerca deste direito dos agentes. Ele como um representante da classe diz que não quer nenhum direito a mais, apenas que seja dado a eles o que já está previsto em lei.

Outro profissional dos agentes de saúde também fez uso do microfone e lembrou que já fazem 3 anos que existe uma Lei Federal relacionada ao piso salarial. Ele entende que a pandemia complicou muito e que o município tem que ver suas contas, mas esta Lei já está prevista a 3 anos. Nela está previsto que os agentes devem receber um valor que, até hoje, não está adequado a nível municipal. Ele reforça que a classe só quer que seus direitos sejam garantidos. Nada além disto.

A Diretora Presidente do UBAPREV, Ana Paula de Aguiar Vargas, falou também sobre a questão dos agentes comunitários de Saúde e seus direitos perante a Lei. Segundo ela a questão da insalubridade, temos que ler a legislação em sua totalidade. O laudo técnico no qual o empregador (Prefeitura) deve realizar é de suma importância para a classe, e não apenas o pagamento sem este estudo. Isto garantirá a classe uma aposentadoria por insalubridade. Somente com este estudo a aposentadoria será prevista a eles, antes mesmo do pagamento deste benefício que eles entendem ser direito deles.

O munícipe Paulo César, presente na Audiência Pública, também parabenizou os técnicos da Prefeitura pela explanação e pediu que o Gerente da Divisão de Gestão Orçamentária, Kleber, falasse mais especificamente de alguns pontos da LOA, em especial solicitou que o Kleber falasse melhor sobre a rubrica de despesas dentro do programa 0014, relacionado a Cultura, Esporte e Lazer, em especial a Cultura uma vez que ele está como Presidente dos Conselhos de Igualdade Racial e o de Política Cultural. Kleber então comentou que os programas carregam consigo suas ações, e dentro de cada um deles existe um detalhamento das despesas ali previstas.

Kleber então leu, novamente, o objetivo e diretrizes do Programa 0014 e destacou que as ações ali previstas já tem seus valores definidos e reforçou, mais uma vez, o comprometimento do Poder Público com as entidades ali mencionadas. Kleber chamou a atenção para algumas ações que tem valores baixos, mas neste caso eles provavelmente já tem uma estrutura e, neste caso, o crédito seria para a necessidade de alguma dotação. Paulo Sérgio então lembrou que a manutenção do Conselho vem agregada a Secretaria, sendo ela a responsável por todo o suporte.



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

O Secretário Samuel Gazolla também complementou lembrando que o ano de 2021 provavelmente tenha sido o mais sofrido na questão das atividades culturais.

A Advogada e servidora da Procuradoria do Município, Aline Moreira, também fez uso da palavra e iniciou parabenizando a todos pela apresentação. Em sua fala ela buscou esclarecer aos agentes comunitários ali presentes que mesmo que exista uma legislação federal e que seus direitos estão previstos, ela concorda que, de fato, por mais que a legislação esteja lá, isto não significa que isto abrange todos da categoria. Isto precisaria de um estudo mais aprofundado à respeito do tema.

Ela então esclareceu o questionamento feito pelos profissionais agentes de saúde sobre qual a necessidade do estudo, uma vez que os direitos deles já estão previstos em Lei. Ela explicou que este estudo é necessário para verificar se, de fato, eles têm direito, uma vez que a lei fala que: "(...) o exercício de trabalho de forma virtual ou permanente de formas insalubres acima dos limites de tolerância estabelecidos pelos órgãos competentes assegura aos agentes de que trata esta lei a percepção do adicional de insalubridade calculado em cima do seu vencimento (...)". Ou seja, o critério não é subjetivo em querer dar ou não querer dar este adicional. O critério é objetivo e técnico e é necessário sim um estudo em cima da Legislação para verificar se aquela categoria profissional em desempenho a aquela determinada atividade chega a ultrapassar os limites de insalubridade previstos por lei, uma vez que tem certos limites ainda toleráveis.

Além disto, Aline lembra que o uso de determinados EPI podem determinar se a pessoa tem direito aos adicionais de insalubridade, uma vez que o uso destes equipamentos pode sim definir critérios.

Ela citou que outra importância do estudo é sobre os quantitativos. A legislação fala que o profissional pode receber alguns percentuais. Então é preciso ver em qual deles o profissional se enquadra (mínimo, médio ou máximo). Por fim, ela citou também sobre a aposentadoria. Uma vez que feitos os estudos e seja provado que a categoria merece sim receber por insalubridade, é mais do que de direito que estes profissionais recebam corretamente por seus serviços prestados.

Ela reforçou que não é uma questão apenas de dar ou não este direito, mas que precisa-se muito que seja feito o estudo. Ele é imprescindível.

A Vereadora Aline então disse que muitas cidades já contemplaram seus profissionais ligados a saúde com o adicional de insalubridade. Ela então perguntou a Advogada Aline se ela tem conhecimento de algum município que esteja pagando os profissionais sem um estudo técnico. A Advogada Aline então respondeu que a Lei é muito clara e que para ser pago é obrigatório ter o Estudo Técnico. Todavia, essa responsabilidade fica dividida entre o Secretário e o Prefeito. Caso eles entendam que possam fazer o pagamento sem fazer o estudo técnico, ele pode. Todavia, se futuramente for feito o referido estudo e comprovar que não era possível este repasse, os responsáveis responderão na Justiça pelos atos cometidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nada mais havendo a tratar, a reunião se encerrou às 16h28m.

Vereador Edeir Pacheco da Costa

Presidente da Comissão

Vereador Gilson Fazolla Filgueiras

Membro da Comissão

Vereadora Aline Moreira Silva Melo

Membro da Comissão